

O ENSINO TÉCNICO EM DESIGN NO CEFET-MA DE 1991 A 2010: motivações e características gerais

TECHNICAL EDUCATION IN DESIGN AT CEFET-MA FROM 1991 TO 2010: motivations and general characteristics

CABRAL, Shirlen Caroline Rabelo Cabral; Mestre em Design; Universidade Federal do Maranhão

shirlen_cabral@hotmail.com

EFREM, Rafael; Doutorando em Design; Universidade de São Paulo

rafael.efrem@usp.br

BRAGA, Marcos da Costa; Doutor em História Social; Universidade de São Paulo

bragamcb@usp.br

Resumo

O objetivo deste artigo é realizar o resgate histórico acerca do ensino de design do CEFET-MA, apresentando as principais características do primeiro Curso Técnico de Desenho Industrial da instituição e as mudanças que ocorreram no período de 1991 a 2010. A pesquisa foi baseada em revisão bibliográfica sobre o ensino do design e os cursos do CEFET-MA, e ainda em pesquisa documental em fontes primárias e captação de dados qualitativos por meio de depoimentos orais de um professor e egressos do curso.

Palavras Chave: ensino em design; curso técnico em desenho industrial; CEFET-MA.

Abstract

The aim of this article is to review the history of design teaching at CEFET-MA, presenting the main characteristics of the institution's first Industrial Design Technical Course and the changes that took place between 1991 and 2010. The research was based on a bibliographical review of design teaching and CEFET-MA's courses, as well as documentary research in primary sources and qualitative data collection through oral testimonies from a teacher and graduates of the course.

Keywords: teaching in design; technical course in industrial design; CEFET- MA.

1. Introdução

A profissão de designer no Brasil se institucionalizou com a implantação do ensino de nível superior e de entidade de organização profissional (Braga, 2016). Deste modo, o design saiu da situação de consciência da existência da atividade profissional para ser um campo profissional e de conhecimento. Afinal, não se forma uma entidade antes do aparecimento do ensino do ofício (Petrini, 2017). Logo, o palco para o início do ensino do design foi a região Sudeste – nos estados de São Paulo com a experiência da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU - USP) com a implantação das sequências de desenho industrial e comunicação visual na sua grade curricular, no ano de 1962; do Rio de Janeiro com a Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI) em 1963; e de Minas Gerais com a Fundação Universidade Mineira de Arte (FUMA), estruturada, também, em 1963, a partir da Universidade Mineira de Arte fundada em 1953 (Dias; Braga, 2014; Dias, 2015; Braga, 2016; Freitas, 2017), além da criação da primeira associação profissional no Brasil (Braga, 2016).

No Maranhão, o ensino do design teve início com a implantação do curso de Desenho Industrial da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a primeira Universidade Federal do país a implantá-lo, em 1970. O curso habilitava o profissional a atuar em projeto de produto e teve o início das atividades junto ao Curso de Licenciatura em Desenho e Plástica no Instituto de Letras e Artes (ILA) vinculado ao Departamento de Artes e Comunicação. Assim, houve forte influência artística na elaboração do primeiro currículo, tendo em vista que todos os professores responsáveis pela materialização eram do Departamento de Artes. Isso foi devido à falta de professores na área de Design (Rêgo, 2003; Silva, 2008). O curso poderia ser concretizado no mínimo em três anos e, no máximo, em seis anos, tendo o estudante que integrar 160 créditos ou 3270 horas. Em 1975, o curso já havia sofrido mudanças no currículo, implantadas a fim de suprir as necessidades do mercado local e direcionar a formação do estudante à realidade (Witter, 1975).

Em 1991, é implantado o curso técnico de nível médio em Desenho Industrial, no Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (CEFET-MA). Até então existia apenas um curso deste tipo no Brasil, o do CEFET do Paraná (CEFET-PR), criado em 1981 e consolidado em 1988 com a atualização de sua grade curricular, em um momento em que o ensino do design estava em pauta no cenário nacional (Pinheiro; Braga, 2022). Neste contexto de discussão do design, em 1989 foi publicada a Carta de Canasvieiras, fruto de um evento organizado pelo Laboratório de Design Industrial (LBDI) em julho de 1988, em Florianópolis. A Carta propunha trinta e duas recomendações para o ensino do design brasileiro. A primeira versava sobre a alteração do nome da profissão, de Desenho Industrial para Design, com as habilitações de Desenho de Produto e Projeto de Produto se tornando Design Industrial e a habilitação Programação Visual ou Comunicação Visual devendo se chamar Design Gráfico. Além deste tópico, esta recomendação também trata diretamente sobre o ensino técnico em design:

Fica restrito ao âmbito do 3º grau o emprego das denominações Design, Desenho Industrial, Comunicação Visual, Desenho de Produto e Projeto de Produto.

Com isso, quer se evitar uma falsa habilitação ao 2º grau, que poderia acarretar dúvidas quanto à qualificação profissional exigida para o desempenho destas funções (CARTA DE CANASVIEIRAS, 1989).

Percebe-se, então, que há uma intenção em vetar a possibilidade de oferta de cursos técnicos de design, principalmente de design de produto. Se termos como “Desenho Industrial, Comunicação Visual, Desenho de Produto e Projeto de Produto” estavam sendo substituídos por Design, Design Industrial e Design Gráfico, o motivo para que as denominações antigas não

pudessem ser utilizadas era a proteção de uma área de atuação, o que restringia o acesso à profissão aos egressos de cursos de nível superior¹.

Aparentemente, os responsáveis pela criação do Curso Técnico em Desenho Industrial do CEFET-MA ignoraram o corporativismo dos bacharéis expresso na Carta de Canasvieiras. Na época, o Maranhão possuía uma pequena demanda por serviços de design, porém se vislumbrava o crescimento, fato que foi apontado pelo Plano de Desenvolvimento Econômico citado no Plano Curricular do Curso de Projeto de Produto (2001)².

O mercado é definido pela relação entre oferta e demanda de determinado serviço. Sob essa ótica, no Maranhão, a construção civil foi responsável por criar oportunidades para a atuação de profissionais de design no desenvolvimento de projetos de produtos direcionados para a composição da edificação. Entretanto, pouquíssimas são as informações publicadas e de domínio público em relação a conceitos e perspectivas em torno do campo do design relacionadas ao CEFET-MA, e a respeito do seu primeiro curso de Desenho Industrial. Contudo, de acordo com Plano Curricular do Curso de Projeto de Produto do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (CEFET-MA), o campo de design compreendia:

[...] o desenvolvimento de projetos de produtos e de serviços de maneira criativa e inovadora, otimizando os aspectos estéticos, formal e funcional, adequando-os aos conceitos de informação e comunicação vigentes, e ajustando-os aos apelos mercadológicos e as necessidades do usuário. (PLANO CURRICULAR DO CURSO DE PROJETO DE PRODUTO, 2001, p. 9)

O objetivo deste trabalho é realizar o resgate histórico do ensino em design no CEFET-MA e identificar as mudanças que ocorreram do período de 1991 a 2010, logo seu objeto de estudo se insere na história do ensino do design. De modo geral, pretendemos evidenciar informações referentes à modalidade de ensino e às motivações para a implantação deste curso de Desenho Industrial. Além disso, pretendemos apresentar o perfil do profissional que se intencionava formar, baseado, principalmente, nos depoimentos orais captados com importantes personagens, mas também, na análise de documentos como o Histórico Escolar e o Plano do curso de Projeto de Produto, disponibilizados respectivamente por um egresso e pelo Departamento de Desenho da Instituição.

Para tanto, adota-se como metodologia a revisão bibliográfica em publicações - artigos, monografias, dissertações, teses, decretos e leis, principalmente - que se relacionam ao ensino do design e informações sobre os cursos do CEFET-MA. Pretende-se contextualizar e conectar o tema a fatos que influenciaram diretamente na criação e caracterização do curso no início dos anos 1990. Logo, utiliza-se abordagem baseada na micro-história, a fim de reduzir a escala de observação em relação ao objeto historiográfico, e identificar aspectos que em outras abordagens macros passariam despercebidos. Este campo da historiografia promove a aproximação com certa realidade social e investe na análise intensiva e incisiva de suas fontes. A micro-história “propõe a utilização de microscópio ao invés do telescópio” (Barros, 2007, p. 170), identificando o que é particular ao objeto de estudo sem deixar de entendê-lo por meio de relações com contextos mais amplos de seu entorno social (Braga; Ferreira, 2023).

Por se tratar de uma tentativa de resgate histórico, a pesquisa documental em fontes primárias (Projeto de Curso, ofícios, Histórico Escolar) tornou-se indispensável, tendo em vista a

¹ Este tema é tratado de forma pormenorizada por Efrem e Braga (2023).

² O Curso Técnico de Desenho Industrial do CEFET-MA passa por mudanças em sua estrutura e no nome, sendo chamado, a partir de 2001, por Curso Técnico de Projeto de Produto.

existência de pouco material produzido acerca da temática. Logo, houve uma busca incessante nos arquivos físicos do Departamento de Desenho da Instituição por pistas e informações que permitissem compreender a dinâmica dos cursos de Design. Além disso, utilizou-se como procedimento metodológico para a captação de dados qualitativos junto a um professor e dois egressos do curso de Desenho Industrial, entrevistas – que tiveram sua realização condicionada ao aceite e assinatura de carta de cessão de depoimento oral. Estas foram orientadas por questionários semi-estruturados compostos de perguntas abertas que permeavam questões acerca da estrutura do primeiro curso, da forma como as disciplinas eram trabalhadas em sala de aula, da dinâmica e demandas no mercado local para a área de desenho industrial e, também, das motivações para as mudanças no currículo, por exemplo. Tal ferramenta foi baseada no método da História Oral, que “[...] recorre à memória como fonte principal que subsidia e alimenta narrativas que constituíram o documento [...]” (Neves, 2003, p. 29) e promove um diálogo entre o presente e o passado.

O presente texto está dividido em quatro seções. A Introdução expõe o conceito de design na perspectiva da instituição, e uma explanação geral sobre a implementação do ensino de design no Maranhão, bem como os parâmetros definidos para a pesquisa e a estrutura do trabalho. A seção 2 apresenta um breve histórico do ensino do design no CEFET-MA, entre os anos 1990 e 2010, evidenciando suas características gerais e levantando questionamentos em relação ao curso de graduação da UFMA. A seção 3 faz uma apresentação geral do perfil do profissional que se pretendia formar com o curso de Desenho Industrial do CEFET- MA, baseado em sua grade curricular e a forma como as disciplinas eram trabalhadas, compreendidas a partir dos depoimentos orais captados. Por fim, a seção 4 traz as considerações finais, em relação aos objetivos desta pesquisa.

2. O ensino do design no CEFET-MA de 1991 até 2010

Os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) surgiram da transformação da rede que compreendia dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, iniciadas em 1909, cuja finalidade inicial era a formação de operários que atendessem às demandas da indústria e comércio de cada localidade. A evolução da rede perpassou pelos Liceus Industriais (1930), Escolas Técnicas Federais (1942), até a criação dos CEFETs (1978), hoje Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), criados em 2008. Todas as modificações foram impulsionadas por demandas da economia nacional ou de pressões decorrentes dos embates no âmbito do Estado. Neste período, a partir dos anos 1909, o ensino dos ofícios era tido como opção para conter as massas populares e, ainda, assistir aos órfãos e pobres (Pacheco, 2010; Hora *et al.*, 2021). De acordo com Hora *et al.* (2021), na condução da educação técnica e profissionalizante, é notável a influência dos projetos societários em disputa no país. Estes, por sua vez, delimitam as políticas públicas e geram consequências para as políticas de cunho social.

Em 1991, no CEFET-MA – criado pela Lei nº 7.863, em 31 de outubro de 1989 –, teve início a primeira experiência deste nível de ensino no Maranhão voltado para a área de design, o Curso Técnico de Desenho Industrial. Existiam turmas nos turnos matutino e vespertino, e cada uma destas possuía quarenta estudantes. O curso tinha duração de quatro anos, assim como os demais da instituição, e em três anos o estudante recebia o diploma do ensino médio, enquanto no quarto ano, após realizar estágio, recebia o certificado de técnico.

De acordo com Histórico Escolar (1997) do egresso Davidson Lima Barros, foi possível compreender que a avaliação dos alunos perpassava pela atribuição de notas – de 1 a 10 –, que

em função do desempenho nas atividades avaliativas, caracterizavam um conceito: aprovado por média, aprovado em dependência, aprovado em exame final e aprovado em recuperação. No total, 280 estudantes fizeram o curso, que teve sua última turma ingressando no ano de 1997 (Santos, 2022).

Segundo depoimento do Professor Manoel da Conceição dos Santos (2022), designer formado pela UFMA, um dos primeiros professores do Curso Técnico de Desenho Industrial do CEFET-MA, e que somou forças à idealizadora, Professora Terezinha Itaione, o curso foi inspirado e baseado na experiência do curso do CEFET-PR, primeiro da rede a implantar um curso de Desenho Industrial com habilitação em projeto de móveis. Nessa época, de acordo com o referido professor, havia muita interação entre as Instituições e muitas trocas eram realizadas. A atuação profissional de Manoel dos Santos se resumiu à docência, e além de lecionar no CEFET-MA, também ministrava disciplinas da área de desenho técnico em outras instituições particulares da cidade de São Luís.

Criado em 1991, o Curso Técnico de Desenho Industrial do CEFET-MA estava atrelado à legislação anterior à Reforma da Educação Profissional, iniciada em 1995, segundo Domingos Lima Filho (2002), com o Planejamento Político-Estratégico 1995-1998, o qual foi firmado no Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Este decreto regulamentou o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996). De acordo com o art. 2 deste decreto, a “educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho”. Ou seja, ao ser colocada “em articulação”, a educação profissional foi separada da formação geral, reforçando a dualidade da educação brasileira: uma educação profissional destinada às classes mais pobres e uma educação humanística e científica para as classes dirigentes.

Ainda no bojo da Reforma da Educação Profissional promovida pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), os CEFETs foram alvos de ataques, a despeito da qualidade de sua formação técnica e propedêutica. A intenção era eliminar as disciplinas de Formação Geral (as propedêuticas) e manter as disciplinas técnicas. Luiz Antônio Cunha (2000) denunciou este movimento como ‘senaização’ dos CEFETs, isto é, privatização, abrindo espaço para financiamento privado de ofertas de cursos.

Havia ainda o interesse, por parte do governo FHC, no investimento em Cursos Superiores de Tecnologia (CSTs), razão pela qual há a mudança de institucionalidade das Escolas Técnicas Federais (ETFs) para os CEFETs – movimento de cefetização das ETFs, na década de 1990 (Cunha, 2005). Porém, de acordo com o professor Manoel dos Santos, nunca houve empenho do corpo docente em abraçar este projeto de criação de um CST. Não se deve negar a praticidade que a instituição oferecia ao facilitar a profissionalização para o ingresso com formação técnica, logo cedo no mercado de trabalho. Talvez, devido a isso, o CEFET-MA não tenha se mobilizado para a implantação de um CST em Design, e o Maranhão já contava com o Bacharelado em Desenho Industrial da UFMA.

Porém, mesmo que as instituições – UFMA e CEFET-MA – estivessem desbravando juntas a formação profissional na área de design, embora em níveis diferentes, de acordo com o Professor Manoel dos Santos (2022), não havia colaboração entre os professores dos dois cursos. Inclusive a UFMA era contra a implantação do curso no CEFET-MA devido à possibilidade de causar confusão em relação à formação, uma vez que ambos tinham o mesmo nome – aparentemente os professores da UFMA estavam mais de acordo com o proposto na Carta de Canasvieiras.

Entretanto, as empresas tinham maior apreço pelos estudantes do CEFET-MA, principalmente, devido ao vasto conhecimento em desenho técnico, muito requisitado em estágios da área de design de interiores, campo com maior demanda para atuação na época. Na opinião do Professor Manoel dos Santos (2022), o curso de técnico do CEFET-MA potencializava o bacharelado da UFMA, uma vez que os estudantes que ingressassem no mesmo, o que era uma tendência, já teriam forte embasamento técnico. Logo, não havia justificativa para não haver colaboração entre as instituições.

O professor Manoel dos Santos (2022) afirma que os professores do curso – designers eram a maioria entre arquitetos, artistas e engenheiros – foram os responsáveis por provocar mudanças de denominações e habilitações dos cursos dentro da Instituição a fim de torná-lo adequado ao mercado local, ainda incipiente. E, apesar da desvinculação do ensino técnico/profissional do nível médio estabelecido pelo Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, as mobilizações em torno do ensino de design no CEFET-MA sempre foram direcionadas para este nível.

De acordo com o Plano Curricular do Curso Projeto de Produto (2001), o Curso Técnico de Desenho Industrial mudou de denominação, e então passou a ser conhecido como Curso Técnico de Projeto de Produto, ainda em nível médio, com a primeira turma em 2001. Sua duração passou a ser de dois anos, havia turmas nos turnos matutino e noturno, e o curso funcionava na modalidade concomitante, ou seja, para se tornar apto a cursar, o estudante devia ter concluído pelo menos a 1ª série do Ensino Médio, na Instituição ou em qualquer outra. A organização didática do conteúdo técnico era estruturada em quatro módulos semestrais, baseado em um “processo sistemático e contínuo de apropriação dos conhecimentos relativos ao curso” (PLANO CURRICULAR DO CURSO DE PROJETO DE PRODUTO, 2001, p. 14).

O Plano do Curso de Projeto de Produto (2001) indica que a avaliação do desempenho dos alunos do curso de Projeto de Produto era baseada na pontuação de indicadores, tais como: criatividade, convivência participativa, iniciativa, organização, postura crítica, responsabilidade, autonomia e domínio do conteúdo. A partir da pontuação estabelecida pelos professores para cada disciplina, era possível julgar a competência desenvolvida pelo aluno, as quais eram: muito bom, satisfatório, mediano e insatisfatório. O curso formou nove turmas, de quarenta estudantes cada, sendo que oito destas ocorreram no turno matutino e um no noturno (Santos, 2022).

A partir de 2006, até o ano de 2008, surgem os cursos de Design de Produto e Design Gráfico integrados ao ensino médio. O Plano do Curso de Projeto de Produto (2001) já apontava para a discussão e intenção para a implantação de um curso de design gráfico. Diante disso, é importante salientar a publicação, durante o primeiro Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que revoga o Decreto nº 2.208/1997, permitindo a oferta de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio.

Os cursos técnicos integrados são planejados para conduzir o estudante a obter habilitação profissional na mesma instituição de ensino com a efetivação de uma única matrícula (Brasil, 2008). Nesta modalidade integrada, as disciplinas do ensino médio e técnico, no CEFET-MA, são oferecidas de forma consecutiva, ou seja, nos turnos matutino e vespertino, respectivamente. Ambos os cursos tinham a duração de três anos e as disciplinas eram ministradas em dois turnos, a partir da 1ª ou da 2ª série.

As turmas, nesta modalidade, tinham vinte estudantes cada. Quando do início do ensino das disciplinas técnicas, as aulas eram ministradas para as duas turmas juntas. Somente no segundo ano havia a separação das mesmas para o aprofundamento do conhecimento em design de produto ou gráfico, de acordo com a opção do estudante quando do ingresso na Instituição. Os

cursos eram divididos em três módulos anuais onde eram ministradas as disciplinas letivas do ensino médio e as técnicas. A avaliação dos alunos era baseada em conceitos que determinavam o seu desempenho em relação ao conteúdo das disciplinas – desenvolvido e não desenvolvido. Nos cursos desta modalidade, foram formados 120 técnicos, sendo sessenta em Design de Produtos e sessenta em Design Gráfico (Santos, 2022).

De modo geral, de acordo com quadro histórico desenvolvido pelo Departamento de Desenho do CEFET-MA, hoje Instituto Federal do Maranhão (IFMA), até o ano de 2010, 1040 técnicos foram lançados no mercado de trabalho local provenientes da instituição (Santos, 2022).

3. O perfil profissional do técnico em Desenho Industrial do primeiro curso do CEFET/MA

As mudanças no ensino, geralmente, são devido a mudanças no contexto político, social, cultural e econômico (Dias, 2015). De acordo com o Professor Manoel dos Santos (2022), o currículo e as ementas de disciplinas do curso de Desenho Industrial do CEFET-MA foram baseados inicialmente no curso do CEFET-PR. Contudo, algumas adaptações eram feitas para que ele fosse adequado à realidade do mercado local. Era interessante haver congruência entre o ensino e o mercado, uma vez que os cursos eram ofertados geralmente em função das demandas das indústrias locais.

De acordo com Tatyara Lima Barros – estudante da primeira turma de Desenho Industrial, de 1991 – o CEFET-MA oferecia uma espécie de preparatório (português e matemática) para ingresso em seus cursos, com duração de um ano, e cujo foco era preparar os estudantes para garantir uma vaga nos cursos da instituição. Era denominado de PRÓ TÉCNICO e a seleção funcionava como um mini-vestibular direcionado aos estudantes que estavam cursando a antiga 8ª série do Ensino Fundamental. Aprovado no seletivo e ao término do período de um ano, as notas dos estudantes do preparatório, que correspondiam ao somatório de provas que eram aplicadas durante o curso, eram somadas e, em função delas, era feita a escolha do curso, de acordo com a nota média de cada um desses. As vagas da instituição eram prioritariamente dos estudantes do PRÓ TÉCNICO, apenas as remanescentes, eram abertas à seleção tradicional, que compreendia a aplicação de uma prova. Por meio do PRÓ TÉCNICO, Tatyara Barros (2022) teve a oportunidade de ingressar no curso de Desenho Industrial, ainda com pouca compreensão do que se tratava.

É importante para o ensino em design, de acordo com Hora *et al.* (2021), vislumbrar maneiras para tornar a sua educação mais sensível, crítica e menos dogmática, e direcioná-la a processos diversificados, baseados tanto nas realidades de mercado, quanto em outras, que sejam relacionadas ao contexto brasileiro. Somado a isso, é indispensável compreender que as ferramentas devem ser adequadas para as diferentes realidades em função das limitações de cada localidade.

Davidson Lima Barros – estudante da turma de 1994 – afirma que os trabalhos das disciplinas direcionadas a produtos focavam em itens que compunham o mercado local, coisas que poderiam ser desenvolvidas mediante as condições limitadas que o curso oferecia dentro das oficinas e quanto ao maquinário. “A empolgação evidente na implantação das propostas pedagógicas, [...] muitas vezes são frustradas no decorrer das atividades, principalmente, por conta da falta de recursos financeiros para execução de projetos” (Silva, 2008, p. 125). De acordo com Davidson Barros (2022), os projetos nas disciplinas se resumiam a móveis dos mais diversos tipos, utensílios e objetos de decoração, similar ao que se desenvolvia no curso do CEFET-PR.

Manoel dos Santos (2022) pontua que a cidade de Imperatriz, situada no sudoeste maranhense, na época, tinha um mercado aquecido na área de mobiliário, possuía diversas fábricas e lojas de móveis. Fato que justificava o direcionamento dos projetos para estes tipos de produtos.

Na área gráfica eram desenvolvidos projetos de marca gráfica e identidade visual. Porém, de acordo com depoimento de Tatyara Barros (2022), não havia muito aprofundamento nesta temática – com a qual tinha maior afinidade. O enfoque maior dentro do curso era em projetos de produtos – situação similar ao que ocorria na UFMA, cuja habilitação era em Projeto de Produto.

As disciplinas de Projeto em cursos de Design são essenciais para que o estudante possa vivenciar a realidade, aproximando-se das situações com que irá se deparar na vida profissional.

Nestas disciplinas, de cunho prático, os estudantes se exercitam quanto à metodologia de projeto desde a fase inicial até a apresentação dos resultados, incluindo todas as etapas pertinentes ao desenvolvimento de projetos. Neste processo, os estudantes são colocados diante de problemas cuja resolução depende de conhecimentos previamente adquiridos em outras disciplinas (Silva, 2008, p. 9).

De modo geral, de acordo com Tatyara Barros (2022) e Davidson Barros (2022), havia equilíbrio em relação às disciplinas teóricas e práticas, diferentemente do que ocorria no curso de graduação da UFMA, cuja prática era quase inexistente. O itinerário do curso do CEFET-MA envolvia, primeiramente, o tratamento da teoria e, no decorrer dos anos, os ensinamentos eram postos em prática.

Teoria, história e os demais conteúdos que compreendem as matrizes curriculares se fazem importantes por apresentarem a evolução dos feitos do homem no mundo, e o mundo se projeta a partir disso (Silva, 2008). Logo,

[...] um sistema de ensino desvinculado da realidade não estimula nenhuma ação em favor da descoberta, nesse sentido, a organização disciplinar deve estar voltada à experiência de vida profissional dos estudantes, de modo a dar significado aos conteúdos. Uma relação entre a experiência vivida e os conteúdos atualmente descontextualizados poderia ser estabelecida (Silva, 2008, p. 93).

A interdisciplinaridade é um eixo integrador e facilitador para desenvolvimento dos projetos pelos estudantes durante as disciplinas. É indispensável para proporcionar a troca de saberes entre áreas, construção, reconstrução e aperfeiçoamento de conhecimentos, além de ser uma forma de contextualizar a teoria com a prática. No âmbito do design, um bom projeto depende da conexão e dependência entre as diversas matérias às quais ele está relacionado. É necessário adequar os conteúdos à realidade atual, à evolução da ciência, ao desenvolvimento das tecnologias, ao surgimento de metodologias, sempre com foco nas exigências do mercado de trabalho. Na Instituição, a interdisciplinaridade é fortalecida devido à presença de apoio pedagógico no âmbito institucional (Silva, 2008). Mas de fato, não se tem conhecimento se essa articulação funcionava e refletia na prática da sala de aula, quando da aplicação dos conteúdos das disciplinas.

Apesar do pouco recurso que o CEFET-MA dispunha para investir no curso, as turmas, juntamente com os professores, organizaram e realizaram muitas visitas técnicas – a Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo e Imperatriz, afirma o professor Manoel dos Santos (2022). Um outro ponto positivo do curso, de acordo com os egressos – Tatyara Barros (2022) e Davidson Barros (2022) – era o fato da maioria dos professores serem da área de design e sempre se disporem a fazer muito com pouco, considerando as condições que a instituição dispunha. O corpo docente tinha a prática

de organizar exposições fora do CEFET-MA e assim divulgar o curso e o campo em São Luís, uma vez que a demanda pelos serviços de Desenho Industrial ainda era bem restrita.

Pelo Histórico Escolar da turma de 1994 do turno da manhã, disponibilizado por Davidson Barros (2022), foi possível identificar as disciplinas que compreendiam o curso. As disciplinas referentes ao Ensino Médio, oferecidas nos três primeiros anos do curso, são: Biologia, Educação Artística, Educação Física, Ensino Religioso, Filosofia, Física, Geografia, História, Inglês, Matemática, Língua e Literatura, Programas de Saúde, Química e Sociologia. Aquelas direcionadas ao ensino da profissão, ofertadas ao longo dos quatro anos do curso, podem ser vistas no Quadro 1.

Quadro 1 - Organização das disciplinas técnicas do curso de Desenho Industrial do CEFET-MA por ano

Disciplinas	1º ano 1994	2º ano 1995	3º ano 1996	4º ano 1997	Carga Horária
Composição	x	x	x		180h
Desenho de Precisão		x			120h
Desenho de Produto			x	x	180h
Desenho e Artes Gráficas			x		60h
Desenho Geométrico	x				90h
Desenho Técnico Mecânico			x	x	120h
Elementos de Arquitetura				x	60h
Ergonomia Aplicada			x		60h
Estética e História do Desenho Industrial		x			60h
Estudos Regionais					30h
Geometria Descritiva	x	x			120h
História da Arte	x				60h
Informática Aplicada no Desenho Industrial				x	60h
Oficina de Modelo				x	120h
Oficina Gráfica				x	120h
Organização de Normas				x	90h
Processos de Fabricação			x		60h
Tecnologia e Propriedade dos Materiais		x			60h

Fonte: Histórico Escolar da Turma de 1994, adaptado pelos autores

De acordo com Silva (2008), o currículo do curso, que reflete diretamente sobre o seu histórico escolar, deve proporcionar ao estudante vivenciar situações semelhantes às enfrentadas na vida profissional. Logo, é possível identificar que apesar da existência de disciplinas

direcionadas à área gráfica (Desenho e Artes Gráficas, com 60 horas, e Oficina Gráfica, com 120 horas), havia predominância daquelas voltadas para o projeto de produtos, o que reforça o depoimento de Tatyara Barros (2022) em relação ao não aprofundamento da temática.

A partir do disposto no Quadro 1, compreende-se que o 4º ano do curso era bem direcionado para disciplinas de ordem prática, aquelas convergentes com a atuação profissional, e pairava sobre temáticas indispensáveis para o ingresso no mercado de trabalho. Logo, antes da realização do estágio, pré-requisito para o recebimento do diploma de técnico em Desenho Industrial, os estudantes recebiam todo o suporte teórico e prático em relação a conhecimento que seriam recorrentes desde essa etapa até a inserção no mercado. De acordo com Davidson Barros (2022), na época de sua formação, havia maior facilidade para os estudantes em realizar estágio em lojas de móveis planejados ou em escritórios voltados para o projeto de interiores.

Davidson Barros (2022) ainda tinha lembrança do que era tratado em algumas disciplinas, como era o caso de Composição – que possui a mesma carga-horária da disciplina de Desenho de Produto, que era direcionada para o projeto de mobiliário, utensílios e objetos de decoração. Segundo ele, a disciplina compreendia atividades para trabalhar a percepção, gestalt, diagramação e layout. Elementos de Arquitetura era uma disciplina cuja intenção era apresentar noções básicas dos elementos que envolviam um projeto de arquitetura, tais como planta baixa, fachadas, cortes e detalhes construtivos de edificações. Um detalhe que foi identificado ao analisar o seu Histórico Escolar é que, apesar de constar a disciplina Estudos Regionais, a disciplina não foi oferecida para esta turma de 1994. De acordo com Manoel dos Santos (2022), a disciplina só foi oferecida para a primeira turma, de 1991, e logo foi retirada do currículo, pois seu conteúdo, que envolvia geografia, política e história, era contemplado em outras disciplinas.

4. Considerações finais

No Maranhão, a construção civil foi responsável pela criação de oportunidades para profissionais de design. A atuação destes era direcionada, não para a criação de elementos relacionados à construção de uma edificação, tais como maçanetas, portas, janelas e afins, como pode sugerir o Plano do curso de Projeto de Produto (2001). O foco da atuação era o desenvolvimento de produtos de sua composição interna, tais como móveis, utensílios e objetos de decoração.

A partir dos depoimentos dos egressos do primeiro curso técnico de Desenho Industrial do CEFET-MA, principalmente, foi possível compreender que a formação e os conteúdos das disciplinas eram mais voltados para o projeto de produtos. Ainda que as disciplinas – Composição e Desenho de Produto –, que eram direcionadas para questões gráficas e produtos, respectivamente, possuíssem a mesma carga-horária (180h), as demais deviam prever atividades em torno da percepção e análise de produtos. Logo, entende-se que a formação profissional do técnico em Desenho Industrial da instituição o habilitava para uma atuação plena com projeto de produtos, ao menos nas áreas temáticas tratadas neste curso.

Ao longo do período de 1991 a 2010, o ensino em design da instituição passou por mudanças, que de acordo com o professor Manoel, eram mobilizadas pelos professores a fim de orientar a formação para a realidade da demanda local. As mudanças eram necessárias, uma vez que o primeiro curso na área, o de Desenho Industrial, iniciado em 1991, havia sido inspirado no curso do CEFET-PR, em um estado com realidade diferente do Maranhão.

Logo, em 2001, o curso de Desenho Industrial – com duração de quatro anos, passou a

denominar-se curso de Projeto de Produto, com duração de dois anos e na modalidade concomitante. Entre os anos de 2006 e 2008, uma nova modalidade do ensino em design foi desenvolvida, e então os cursos de Design de Produto e Design Gráfico passaram a ser oferecidos de forma integrada ao ensino médio, com ainda mais disciplinas técnicas específicas do que o curso de 1991. Apesar das mudanças de denominações, apresentadas, todas as mobilizações em torno do ensino de design na instituição se resumiram ao nível técnico.

Este trabalho, que se caracteriza como uma contribuição ao resgate histórico do ensino do design na instituição, apesar das informações preliminares que fornece, pode ser o ponto inicial para a realização de uma investigação profunda e necessária para o desenvolvimento do acervo local sobre o ensino em design no Maranhão. E, apesar da escassez de fontes, e do fato de muitas questões ainda se encontrarem em aberto, este artigo pode trazer contribuições para estudos acerca desse tema e ainda possibilitar desdobramentos para o desenvolvimento de futuras investigações. A exemplo de temáticas possíveis para pesquisas futuras, temos a atuação profissional dos egressos dos cursos de design do CEFET-MA no mercado do Maranhão.

5. Referências

5.1 Bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. Sobre a feitura da micro-história. **OPIS**. Góias, v. 7, nº 9, p. 167-185, jul-dez, 2007.

BRAGA, Marcos da Costa. Constituição do campo do design moderno no Brasil e o ensino pioneiro da Esdi e da FAU USP, p. 25-86. In: Braga, Marcos da Costa. **ABDI e APDINS-RJ**. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2016.

BRAGA, Marcos C.; FERREIRA, Eduardo K. A abordagem da Micro História e a pesquisa em História do Design no Brasil. **Estudos em Design**. Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, pp. 128-140, 2023.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, p. 89-107, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2. ed. São Paulo: Unesp; Brasília: FLACSO, 2005.

DIAS, Dora Souza. **O ensino de Comunicação Visual na FAU USP**: história, implementação e características. 2015. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

DIAS, Dora Souza; BRAGA, Marcos da Costa. **Os exercícios da Sequência de Comunicação Visual da FAU USP (1961-1968)**: fragmentos de uma história em construção. *Linguagens Gráficas*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 57-69, jun. 2014.

EFREM, Rafael; DA COSTA BRAGA, Marcos. Pioneirismo na educação profissional tecnológica em Design Gráfico no Brasil: a criação do Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico do Cefet-PE e a experiência da primeira turma. **Estudos em Design**, v. 31, n. 3, 2023.

FREITAS, Ana Luiza Cerqueira. O curso de desenho industrial da FUMA: da criação aos primeiros egressos. In: BRAGA, Marcos da Costa; ALMEIDA, Marcelina das Graças de; DIAS, Maria Regina Álvares Correia (Org). **Histórias do Design em Minas Gerais**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2017. pp. 17-48

HORA, Lícia Araújo da; SANTOS, Camila Andrade dos; RODRIGUES, Karoline Parrião; TSUJI, Tito Carvalho. Ensino do design e formação técnica: uma análise da rede federal de educação profissional e tecnológica brasileira na perspectiva da emancipação. In: **Anais do II Colóquio de Pesquisa e Design: de(s)colonizando o design**. Fortaleza: Editora nadifúndio, 2021.

LIMA FILHO, Domingos Leite. **A Reforma da Educação Profissional no Brasil nos anos noventa**. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

NEVES, Lucília de Almeida. Memória e história: potencialidades da história oral. **ArtCultura**. Uberlândia, v. 5, nº 6, p. 27-38, jan-jun, 2003.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Natal, Ed. IFRN, 2010.

PETRINI, Leila Souza. **Considerações sobre o ensino de Arquitetura e Urbanismo no modo de produção capitalista no estado de São Paulo**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PINHEIRO, Ana Carolina Martins; BRAGA, Marcos da Costa. O curso Técnico de Desenho Industrial do CEFET-PR: Contexto de criação, desafios e objetivos. In: **Anais do 14º Congresso Brasileiro de Design (P&D Design)**. São Paulo: Blücher, 2022.

RÊGO, Fabiana Aquino de Moraes. **Análise curricular do Curso de Desenho Industrial da UFMA e sua relação com o perfil profissional contemporâneo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Desenho Industrial, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2003.

SILVA, Inez Maria Leite da. **A interdisciplinaridade na construção dos Projetos Político-pedagógicos dos cursos de design: o caso de uma graduação e de um curso técnico em São Luís**. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

WITTER, Geraldina Porto. **Desenho industrial: uma perspectiva educacional**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo; Brasília: CNPq/Coordenação Editorial, 1985.

5.2 Documentais

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 abr. 1997.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jul. 2004.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 jul. 2008.

CARTA DE CANASVIEIRAS. In: JORNAL DO LDP/DI. Florianópolis: LDP/DI, 1989.

Histórico Escolar de Davidson Lima Barros. 2007. São Luís: Acervo CEFET-MA.

Memorandum's. 1996. São Luís: Acervo CEFET-MA. Ofícios Circulares. 1996. São Luís: Acervo CEFET-MA.

Plano Curricular do Curso de Projeto de Produto. 2001. São Luís: Acervo CEFET-MA.

5.3 Orais

Entrevista realizada com Davidson Lima Barros, em 14 de dezembro de 2022, na cidade de São Luís/MA, com 1h30min de duração.

Entrevista realizada com Manoel da Conceição dos Santos, em 14 de dezembro de 2022, na cidade de São Luís/MA, com 1h de duração.

Entrevista realizada com Tatyara Lima Barros, em 16 de dezembro de 2022, na cidade de São Luís/MA, com 1h de duração.